



Ana Raquel Silva Reginaldo

 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Ciências Humanas/Instituto de Humanidades, Acarape, CE, Brasil

 anaraquel@aluno.unilab.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-2083-1656>

Ser mulher negra estudante na Unilab/CE: interseccionalidade e desafios

RESUMO

Ser mulher negra em uma universidade instaurada em dois municípios, Redenção/CE e Acarape/CE, ainda corresponde a uma luta parte tanto do movimento negro, como do feminismo, por isso, é importante reconhecer a interseccionalidade na encruzilhada das identidades no afeto à permanência do ensino superior. Por isso, este trabalho tem como problematização a abordagem da permanência e os desafios enfrentados por mulheres negras estudantes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab/CE), considerando a complexidade de suas identidades a partir da interseccionalidade. Logo, tem como objetivo discutir a interseccionalidade das mulheres negras estudantes da Unilab, analisando os desafios enfrentados nos ambientes acadêmicos e no contexto geográfico da Unilab/CE e explorando a influência da diáspora africana na identidade e trajetória acadêmica. Metodologicamente, tem como pesquisa qualitativa, abordando a questão tanto do ponto de vista teórico quanto prático, utilizando notas de campo (2024-2025). O trabalho faz parte de uma pesquisa maior, logo, como resultados parciais, a percepção e reação das cidades de Acarape e Redenção à comunidade negra, afetam as mulheres negras estudantes, com destaque para as estudantes internacionais africanas. Assim como, a cooperação entre o continente africano e a Unilab afeta as identidades das mulheres negras unilabianas.

Palavras-chave: Mulher negra. Interseccionalidade. Unilab.

Being a black female student at Unilab/CE: intersectionality and challenges

ABSTRACT

Being a black woman at a university located in two municipalities, Redenção/CE and Acarape/CE, still corresponds to a struggle that is part of both the black movement as well as feminism. Therefore, it is important to recognize intersectionality at the crossroads of identities in affection for permanence in higher education. For this reason, this work seeks to problematize the approach of permanence and the challenges faced by black female students at Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab/CE), considering the complexity of their identities based on intersectionality. Therefore, it aims to discuss the intersectionality of black female students at Unilab, analyzing the challenges faced in academic environments and in the geographical context of Unilab/CE and exploring the

influence of the African diaspora on identity and academic trajectory. Methodologically, it has as qualitative research, addressing the issue from both a theoretical and practical point of view, using field notes (2024-2025). The work is part of a larger research project, so as partial results, the perception and reaction of the cities of Acarape and Redenção to the black community affect black female students, with an emphasis on African international students. Likewise, cooperation between the African continent and Unilab affects the identities of black Unilab's women.

Keywords: Black woman. Intersectionality. Unilab.

1 INTRODUÇÃO

Sobre ser mulher negra estudante da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus Ceará, é ter esse sentimento: “as pessoas te veem como um vazio, como alguém que não tem nada, ser mulher preta africana é desafiador, porque você tem que se esforçar muito, tem que comprovar, mesmo que você sabe” (*Okinka Pampa* [entrevista concedida a] Ana Reginaldo, 2024, p. 172). Ou seja, os nossos corpos tornam-se parte dos debates político e identitário, porque rotineiramente as violências atravessam nosso corpo de forma interseccional, desde o gênero, raça, nacionalidade e etnia.

O trabalho tem como problematização a abordagem da permanência e os desafios enfrentados por mulheres negras estudantes na Unilab/CE, considerando a complexidade de suas identidades. Isso inclui fatores como gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade e orientação sexual, que se cruzam e criam experiências únicas e obstáculos específicos dentro do ambiente universitário e no contexto geográfico da universidade. Por isso, tem como principal objetivo discutir a interseccionalidade das mulheres negras estudantes da Unilab, analisando os desafios enfrentados nos ambientes acadêmicos e no seu contexto territorial.

Esta pesquisa faz parte da minha dissertação de mestrado, no programa de pós-graduação interdisciplinar em humanidades, cujo, faço parte da linha de pesquisa “Trabalho, Desenvolvimento e Migrações” com orientação da Professora Doutora Natalia Cabanillas, portanto, a metodologia utilizada vai de acordo com a pesquisa maior. Ou seja, o trabalho realiza a pesquisa qualitativa, abordando a questão tanto do ponto de vista teórico quanto prático, utilizando notas de campo (2024-2025) e dados para analisar como as múltiplas identidades das estudantes negras impactam em suas trajetórias acadêmicas na Unilab, campus Ceará. Importante destacar que a pesquisa é realizada com mulheres do meu ciclo afro-afetivo, e que decidiram colocar nomes de rainhas negras como identificação. Também, me ponho neste lugar de pesquisadora participante, no uso da escrevivência (Evaristo, 2011) ser parte de uma epistemologia.

Logo, o estudo se passa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, campus Ceará, cujo, tem como a cooperação com a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP): Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Também, aliado com a luta do Movimento Negro Unificado (MNU), pelo fim do racismo e o fortalecimento da população negra no ensino superior.

Nesse sentido, a pesquisa tem como molde análises interseccionais, um dos métodos e mecanismo essenciais para a luta do feminismo negro, principalmente para a permanência de mulheres negras no campo universitário/acadêmico, pois, “está em toda parte e é poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto a da academia e das instituições” (Patrícia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021, p. 11).

Importante perceber que a construção social do ser mulher negra é a construção baseada nos moldes das regras simbólicas de cada sociedade, ou seja, por estarmos inseridas em dois municípios do interior do Ceará, um estado do Nordeste. Vale destacar que Redenção e Acarape foram moldadas com raízes indígenas, africanas e europeias, assim, unindo-as com a cultura nordestina e cearense, também impactado os corpos de mulheres negras cearenses, já que a história – seja brasileira ou cearense – foi atravessada por violências escravagistas resultando em racismo, sexismo, misoginia, machismo, entre outras violências que nos atravessam.

Sendo assim, como estudante universitária, mulher, negra, periférica vinda da cidade de Fortaleza (capital do Ceará), o que percebe-se no cotidiano das duas cidades é que somos tratadas pelas/pelos naturais de Redenção/CE e Acarape/CE, como *outsiders* – não só brasileiras não-residentes da cidade, mas, principalmente estudantes internacionais –. Logo, a intenção desta pesquisa é ecoar nossas vozes, conforme Audre Lorde: “como *outsiders*, precisamos umas das outras, precisamos nos amparar e estabelecer conexões para satisfazer todas as necessidades que temos por vivermos à margem. No entanto, para nos unirmos, devemos reconhecer uma às outras” (2023, p. 88).

O artigo trabalhará sobre o que é ser mulher negra estudante da Unilab, no Ceará, levando em consideração a interseccionalidade, desde a questão de gênero, raça, etnia, classe, nacionalidade, orientação sexual... entre outras múltiplas intersecções de identidades e colocando em discussão os principais desafios em permanecer neste espaço universitário. Por isso, o trabalho está dividido em quatro partes, sendo a primeira uma escrivência e autoetnografia colocando-me dentro da ciência como parte de um corpo político. No segundo tópico aborda sobre “A interseccionalidade das mulheres negras *unilabianas*”, discutindo desde a questão teórica, notas de campos, entrevistas e dados para discutir interseccionalmente como a identidade das estudantes impactam na sua trajetória acadêmica. No terceiro tópico “Desafios nos ambientes acadêmicos e no contexto geográfico da Unilab/CE”, aborda sobre os desafios dentro do ambiente acadêmico, assim como, a influência nos corpos das estudantes negras estarem inseridas nos dois municípios, Acarape e Redenção, e como suas/seus residentes

naturais percebem e reagem a comunidade negra; tornando-se um desafio para as mulheres negras, principalmente para as internacionais africanas. E finalizando com uma “quase” conclusão, já que a pesquisa ainda está em andamento.

2 EU E A UNILAB: UMA ESCREVIVÊNCIA

No ano de 2018 conheci a Unilab a partir de uma palestra na minha escola de ensino médio, consistia em um conteúdo relacionado a questão racial e a apresentação da universidade em si. Desde ali me surgiu o sentimento de encanto e desejo de ingressar naquela instituição. A partir daí, iniciei minhas pesquisas e desdobramentos de metas para realizar o Enem e assim iniciar minha jornada acadêmica e profissional, mas, infelizmente nesse ano não consegui a nota suficiente e fiquei mais um ano me preparando para realizar novamente a prova no ano seguinte, em 2019.

Foi assim, que em 2020, iniciei no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), eram tantas expectativas e sonhos a serem cumpridos, mas, ao mesmo tempo a ansiedade e o medo me atravessaram desde o meu primeiro dia de aula, quando a professora realizou diversas perguntas a turma e eu não sabia como responder, e todo mundo da turma com um nível avançado de repertório acadêmico e social. Me sentia perdida por entender que não fazia parte daquela realidade e que não me sentia pertencente a um grupo de intelectuais que atinge de forma lenta e com desafios aos corpos periféricos, femininos e negros.

Todo o meu percurso escolar foi constituído por referências de homens, brancos e não-brasileiros (coloquei tudo no masculino, para fazer uma denúncia de como o sistema educacional brasileiro se baseia em padrões masculinos e brancos). Então, a expectativa de ingressar em uma universidade de maioria negra, com objetivos de trazer uma reparação histórica, a partir de uma luta firmada do MNU, que há uma trajetória de existência, resistência e de luta que elaborou diversas estratégias para garantir a inserção da população negra às escolas (Jacqueline da Silva Costa, 2019).

Porém, mesmo que a construção idealizada da Unilab seja posta em um discurso de propaganda de “Wakanda” acadêmica, infelizmente ela não está isenta dos percalços dos racismos, violências (Ana Reginaldo, 2025). E por isso, os desafios para permanecer e conseguir me formar marcaram minha trajetória. Por exemplo, no início da minha graduação eu residia em uma cidade próxima a Unilab, justamente por não ter condições financeiras para alugar uma casa ou até mesmo me deslocar da minha cidade natal, Fortaleza-CE, para

Acarape/Redenção. Morava “de favor” e trabalhava de babá em troca de um salário baixíssimo (se é que posso chamar de salário), me deslocava a partir do ônibus oferecido pela prefeitura da cidade. No segundo dia de aula, fui enxurrada de informações que teria que toda aula realizar xerox dos textos das aulas e se eu não realizasse as leituras teria notas baixas; não sabia o que fazer, porque mal tinha dinheiro para me alimentar, muito menos para realizar diversas impressões (mesmo custando 10 centavos na época). Depois da aula, fui para trás dos Palmares (umas das unidades acadêmica localizada no município de Acarape) e chorei muito, a tristeza dominou meu corpo e só conseguia pensar “como é que eu vou conseguir?”.

Se eu achava que não tinha como piorar, uma semana depois dos inícios das aulas, no período de março, a pandemia foi instaurada no país e minhas aulas foram canceladas determinando paralisação por tempo indeterminado. Os meses foram passando e a dúvida se iríamos continuar ou não estudando já fazia parte do meu cotidiano; nesse meio tempo, voltei a morar na capital, minha cidade, e decidi começar a trabalhar para conseguir me sustentar e foi aí que as aulas voltaram de forma remota e tinha que conciliar trabalho e faculdade.

Foram 2 anos conciliando trabalho, aulas, atividades, estudos e posso afirmar que mesmo sendo remoto me sentia sobrecarregada o tempo todo, os sentimentos de desistir e largar a faculdade estavam comigo todos os dias. E novamente me via não pertencente a esse mundo acadêmico e de produções, todavia, no final do ano de 2021 a gestão da universidade determinou que tínhamos que retornar de forma presencial no mês de abril em 2022.

Eu tinha um sentimento de não pertencimento ao padrão academicista, mesmo eu fazendo parte do centro acadêmico do BHU naquela época e também fazia parte do colegiado do curso. A minha luta ativista não conseguia sumir mesmo ao meio caos da vida trabalhista e acadêmica, porque o meu anseio para o mundo melhor e lutar para causas sociais está abraçada ao que escreve Audre Lorde (2023, p. 166): “não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada. Nem é livre nenhuma de vocês”.

Em 2022 saí do emprego e comecei a residir na cidade de Acarape, então, desde lá vivo inúmeras histórias que se eu for narrar e detalhar neste trabalho daria uma trilogia. Porém, nessa escrevivência de memórias da minha trajetória *unilabiana* vou destacar pontos de acordo com os próprios tópicos da minha pesquisa: “ser mulher negra estudante na unilab/ce: interseccionalidade e desafios”; “trajetórias de vida e formação acadêmica das mulheres negras

unilabianas”; “o afroafeto como política de permanência acadêmica: redes de apoio e pertencimento”.

Quando as aulas retornaram de forma presencial fui convidada a participar do projeto de pesquisa “Gênero e Feminismo em África Global”, da qual, marcou minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional. Um grupo com cinco nacionalidades e mulheres poderosas que carregam uma trajetória incrível e todas me atravessam afroafetivamente, pois, nossa convivência contribuiu para formar a mulher que sou hoje. Afirmando que a troca de experiências, ciência, fofocas, risos, choros etc fez parte de uma estrutura de um “espaço seguro”, porque foram vivências emblemáticas, nossos encontros não tinham rivalidade ou competição para quem produzia mais ou não, era baseado na escuta, acolhimento, afroafeto, partilha e o comprometimento na disponibilidade de contribuir com a pesquisa individual de cada participante, como, no projeto como todo.

Me formei no BHU e em Sociologia, e em 5 anos de duas graduações, especificamente na Sociologia não me senti permanecendo a esse enquadramento sociológico de referenciais brancos e de homens cis e héteros; e com o quadro de docentes de maioria masculina¹. Inúmeras vezes era desafiada por colegas (homens) do curso de que “*você não é uma socióloga*”, “*uma socióloga falando alto assim?*”, “*ah, você até parece com uma, mas, fala demais e nós sociólogos precisamos nos comportar*”. Devido a esses comentários me questionava se aquele espaço epistêmico era de fato para mim, pois, se para minha favela eu falava “*universitária demais*”, na unilab era a “*que não sabia falar academicamente, porque usava gírias demais*”. No entanto, não tenho arrependimentos, sinto que consegui fazer minha trajetória marcando e contribuindo com os dois cursos, principalmente com a Sociologia, quando em todas as aulas questionava, criticava e me posicionava, até quando certos docentes insistem até hoje utilizar apenas referenciais de homens, brancos, cis e europeus.

Na minha vivência dentro do curso de Licenciatura em Sociologia, fiz uma disciplina de Pensamento Social Brasileiro, no início com a apresentação do plano de ensino o docente perguntou à turma o que tínhamos achado dos autores [coloco no masculino, pois só há uma autora mulher e a única é branca]; queria questionar o fato de não ter nenhuma mulher negra, mas questionei apenas a falta do autor Abdias Nascimento (1914-2011), cujo é uma das maiores referências para entender sociologicamente a formação do Brasil, e a resposta foi: “*não quis trazer o Abdias, porque quero deixar esse debate para outra disciplina, a Sociologia Étnico-Racial, já que ele debate sobre a questão racial*” [...] a população negra é posta apenas para debates específicos raciais, as mulheres também são postas apenas para debater sobre gênero. Nesse caso,

¹ De acordo com os dados disponibilizados no site *Unilab em Números* (Unilab, 2025), não há a especificação de quantos docentes há por curso, porém, conseguimos visualizar que 40% do IH são de mulheres, sendo 60% de homens.

enquanto a branquitude é sempre colocada como dono de saber generalizado e universal (Ana Silva, 2025, notas de campo).

Para nós que somos mulheres negras, pobres, periféricas e LGBTQs (principalmente feminista e de movimentos sociais) o tempo todo nos é questionado nossa inteligência e estando no ensino superior parecia que eu estava em constante guerra comigo mesma, perdi peso, fiquei doente, me submeti a tantas situações desagradáveis que cheguei ao ponto de cogitar em trancar o curso e o mestrado. Até escutei de uma pessoa próxima que eu sou “*bonita, inteligente, produtiva, organizada, mas, os seus maiores defeitos são de ser maluca, falar demais, feminista e problematizadora*”. Ou seja, tudo bem ser inteligente e bonitinha, mas, agora falar demais, ter uma opinião própria e o poder de se opor a determinadas violências, aí já é demais. Logo, conforme Gloria Anzaldúa escreve: “talvez se formos à universidade. Talvez se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena” (2000, p. 230).

Costumo dizer que estudar na Unilab e tomar a decisão de residir em uma das cidades que esteja instalada, é perceber que cada momento é vivenciado com mais intensidade, drama e afeto (digo afeto, porque pode nos afetar tanto positivamente, como negativamente). Vivenciei a paralisação devido a pandemia, greve e inúmeras tentativas de paralisações devido aos cortes orçamentários, apesar dos pesares, os pilares desta universidade são segurados por nós que tomamos a decisão de sermos compromissadas com a luta antirracista, feminista, decolonial e progressista. Aqui reverencio mulheres e homens de luta que ajudaram e ajudam até hoje a manter esse projeto vivo, em especial às professoras do IH.

E dentro desse projeto, conheci o edital do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), e resolvi tentar o edital para ingressar. Confesso que nunca cogitei e me vi sendo hoje uma mestranda...quase mestra, para falar a verdade, quando comentei pela primeira vez com uns amigos do meu bairro em Fortaleza sobre isso eles não sabiam nem o que significava, mas, se eu conseguisse era porque merecia.

Me assustei com um processo desgastante, com diversas etapas em um período de tempo longo, que demandava paciência e cautela para não ser eliminada pela falta de apenas um documento². Quando finalmente tive a certeza de que seria a mais nova ingressante da pós-graduação, veio à tona um documento assinado pela reitoria da universidade mudando os

² Para quem vivenciou por 5 anos o processo de auxílio estudantil da Unilab sabe o quanto é doloroso ver amigas/amigos serem cortadas/os ou não contempladas/os pelo simples esquecimento de um documento.

critérios de matrículas, fazendo com que estivesse com uma matrícula em alguma graduação não poderia se matricular na Pós-graduação, ou seja, quem mais seria atingido com essa decisão eram estudantes das terminalidades do IH (Antropologia, História, Pedagogia e Sociologia) e durante esse período eu ainda estava na Sociologia.

Porém, depois de muitas conversas e apelos à coordenação, pró-reitorias e professores preocupados com a nossa situação (éramos 3 estudantes ainda na terminalidade ao ingressar no mestrado). Conscientemente já tinha ciência da luta que iria enfrentar no programa e nas suas disciplinas, mas, não tinha noção que iria enfrentar intrigas, assédio e humilhações por parte dos docentes (homens).

Bárbara Carine (2025) em seu livro *E eu, não sou intelectual?* contribui de forma positiva e afetivamente na minha trajetória acadêmica e pessoal³, principalmente quando escreve e questiona como cogitar um reconhecimento vindo de uma instituição acadêmica, que não reconhece nossa existência como humana justa (Bárbara Carine, 2025). Tendo em vista esse pensamento, recordo-me de duas situações constrangedoras que de forma interseccional me atingiram: a primeira foi em uma apresentação de seminário, onde cada estudante teria que apresentar uma análise do texto e trazer apontamentos que ligasse ao debate racial, ao todo momento o docente me interrompeu, perdi a linha de raciocínio e não consegui concluir minha apresentação, depois disso, um outro colega (branco e homem) fez sua apresentação com a mesma linha de raciocínio e não teve sequer interrupções e ainda foi aplaudido pelo tal professor; a segunda situação, coincidentemente com o mesmo docente, foi em uma outra apresentação de seminário, o objetivo do trabalho era apresentar as obras literárias debatidas durante a disciplina trazendo uma problemática que poderia ou não fazer ligação com a pesquisa pessoal. Antes de iniciarmos a aula, ele me perguntou o que iria apresentar e expliquei de forma resumida, naquele momento, ele questionou sobre meu trabalho e disse: “[...] esse trabalho não faz nenhum sentido e nem faz diálogo com o pensamento filosófico”, decidi não responder e apenas apresentar, porque, minha vontade era de se retirar da sala e regressar à minha residência, porém, apresentei e depois disso me pediu desculpa pelo equívoco e parabenizou pelo trabalho incrível.

³ Reconheço também Bell Hooks (1995) e Gloria Anzaldúa (2000) no reconhecimento e percepção da intelectualidade, porém, no sentido de referência coloco Bárbara Carine (2025) por ser brasileira, negra, nordestina e intelectoplural, ou seja, que rompe os modelos de intelectualidade brancocêntrica que vê de forma negativa cientista que dançam, cantam, transam, bebem, choram, vivem sem as amarras do cis-patriarcado; “[...] essa dicotomia ocidental se torna um marcador existencial não só em pesquisas como também, sobretudo, em nossas vidas” (Bárbara Carine, 2025, p. 35).

Não posso afirmar, por ora, que todas as trajetórias são atravessadas por violências ou momentos traumáticos, porém, o que me salvou foi o afeto. Não quero romantizar e muito menos trazer um movimento de “positividade tóxica”, porque, tudo o que eu passei durante esses 5 anos na Unilab caberia em um livro autobiográfico, no entanto, quero destacar o reconhecimento do amor das minhas redes afroafetivas. Visto que, o objetivo deste trabalho é reconhecer essas redes para a continuidade do nosso pertencimento na vida acadêmica, para a construção da nossa vida profissional (ou não).

Concisamente, identifico professoras negras (ou brancas aliadas) que atravessam a nós, estudantes negras *unilabianas*, principalmente, o reconhecimento do projeto Unilab, porque, seus pilares africanos, indígena, quilombola, decolonial... trazem aprendizados e transformam pessoas que se permitem viver e respeitar uma educação livre das amarras do patriarcado, racista e *brancocêntrico*. Metaforicamente falando, apesar de haver diversos espinhos, ainda tomamos atitudes radicais de sangrarmos para (re) existir na Unilab, até mesmo no pequeno ato na escrita de um trabalho acadêmico com referências negras e de mulheres, logo, deixo minha marca sendo uma *cientista rebelde*.

3 A INTERSECCIONALIDADE DAS MULHERES NEGRAS UNILABIANAS

Pensando em uma das agendas desse movimento de gênero e raça, a permanência em universidades surge como um ponto importante para análise, especificamente a Unilab em questão. De acordo com os dados fornecidos pela universidade, o quantitativo de matrículas de mulheres negras (pretas e pardas) no período de 2020 à 2025, chega a 33,92% nos cursos de Graduação, já na Pós-Graduação é de 54,52% (Unilab, 2025). Ou seja, é um número bastante relevante e visa mostrar a importância e a relevância da agenda da Unilab e o seu papel, além da formação, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Porcentagem de matrículas nos cursos de graduação de estudantes por nacionalidade nos cursos de graduação na Unilab

Nacionalidade (autodeclaratória)	Graduação
Angola	498 (6,27%)
Brasil	6.357 (80,08%)
Cabo Verde	2 (0,03%)

Guiné-Bissau	572 (7,21%)
Moçambique	498 (6,27%)
São Tomé e Príncipe	12 (0,15%)

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados do “Relatório SECRAGI - Quantitativos de discentes matriculados – 2020 à 2025”.

Entende-se a importância e a relevância de dados quantitativos para ter precisão no argumento acadêmico e científico, porém, pode-se perceber que nos dados disponibilizados da Unilab há um número desproporcional de estudantes internacionais autodeclaradas/os brancas/os. No entanto, na prática não se vê e nem percebemos o número de pessoas brancas, assim como, não vemos muitas pessoas negras brasileiras (a maioria das pessoas negras brasileiras estão matriculadas nos Instituto de Humanidades e Letras). Ou seja, percebemos uma maior disponibilidade para a diversidade intercultural e de integração também em ambos institutos⁴.

Para isso, caminhando pelos corredores da Unidade Acadêmica dos Palmares, me deparo com um cartaz como seguinte texto: “Machismo, uma sociedade sem machismo é preciso: educação e diálogo; engajamento político; promover o debate público; apoio a organizações e movimentos” A partir disto, em todos os meus dias e anos na Unilab, nunca escutei, observei ou soube de um coletivo ou um próprio movimento feminista negra, no sentido de acolher e servir como uma comunidade institucional de apoio a todas as dificuldades e desafios. No próprio campo administrativo não há uma secretaria ou um setor específico que lide com os corpos femininos negros, trazendo um sentimento de que o campo universitário só está disponível para conseguir um diploma, mas nunca pensando nos corpos que a compõem, tornando uma comunidade enfraquecida, por isso, a necessidade de uma perspectiva interseccional no campo acadêmico.

Porém, devo ter um compromisso em reconhecer que há projetos de extensão e pesquisa vinculados à universidade que tem em seus objetivos a colaboração da permanência de mulheres negras, em exemplo, o grupo de extensão *Lélia Gonzalez, presente!* e o projeto de pesquisa *Gênero e Feminismo em África Global*. Em especial o projeto de pesquisa, em que faço parte até hoje, devo-me meus sinceros agradecimentos pelo aprendizado baseado no

⁴ Não estou afirmando que não haja nos outros institutos uma integração de fato, mas, é perceptível no cotidiano acadêmico essa predisposição por parte tanto dos discentes quanto dos docentes, na criação e manutenção de um ambiente de troca de saberes entre nacionalidades, maternidade, território, gênero, sexualidade, religião, etnia, idade e principalmente, a raça.

afroafeto e no bem viver das mulheres. Na ocasião, o grupo é composto por mulheres de Angola, Argentina, Brasil, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique, a troca de saberes e de trajetórias enriquece e colabora com a nossa permanência e conseguimos perceber e entender que os desafios em ser mulher negra podem ser enfrentados quando nos empoderamos, conforme os ensinamentos de Patrícia Hill Collins (2019) e colocamos no nosso principal objetivo a união feminina. Tanto no projeto de pesquisa, quanto em outros ambientes interno e externo à Unilab, percebemos a interseccionalidade.

A interseccionalidade é um conceito que busca entender como as diferentes formas de opressão se interligam, levando em consideração as diversas identidades que se entrelaçam, como uma encruzilhada e cruzamento. Para Kimberlé Crenshaw (2002), autora que cunhou o termo no seu estudo sobre a discussão de justiça social, as pessoas – principalmente as mulheres negras – não vivenciam as opressões de forma isolada e sim com uma combinação de raça, gênero, classe, sexualidade, espaço geográfico, etc. Conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), significa trazer vários sentidos interseccionais para estudar sobre fenômenos sociais, assim desafiando e transformando as relações de poder que estão vigentes naquele contexto.

O conceito de interseccionalidade, proposta por uma intelectual negra (Kimberlé Crenshaw, 2002), segundo Carla Akotirene (2023), a interseccionalidade é uma sofisticada metodologia proposta por uma intelectual negra. Portanto, o conceito atualmente é estudado e pesquisado por diversas áreas e intelectuais, hoje pode-se afirmar que é um dos mais importantes métodos que envolve uma *práxis* feminista negra.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Kimberlé Crenshaw, p. 177, 2002).

Patrícia Hill Collins e Silma Birge escrevem que a interseccionalidade está presente em todas as realidades culturais, sendo assim, escreve que: “a interseccionalidade está em toda parte e é poliglota: fala tanto a língua do ativismo e da organização comunitária quanto a da academia e das instituições” (Collins; Birge, 2021, p. 11). O uso como uma ferramenta para a reivindicação de combate às violências, desigualdades e diversas questões sociais,

reivindicando como um projeto político e intelectual, segundo Carla Akotirene (2023, p. 19): “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas”.

A importância de movimentos e coletivos estarem preparados para os corpos das mulheres negras, colabora tanto com a permanência, como na lógica do bem-estar coletivo, uma das interlocutoras relatou sobre as expectativas de encontrar um coletivo/grupo que a acolhesse enquanto mulher negra quilombola.

Eu imaginei que quando chegasse na universidade seria uma organização maior e essa questão de, até mesmo o afeto, sabe? Uma ligação familiar assim, só que quando eu entrei na universidade eu vi que a realidade era muito diferente, cada um tinha suas coisas pra fazer e tinha-se já aquela obrigação que a gente tinha de cumprir com as agendas do movimento, independentemente do estado de saúde mental que você tivesse⁵ (Marielle Franco, 2 fev. 2024).

Não cabe aqui julgarmos ou “crucificarmos” os movimentos e coletivos da Unilab em si, mas, retorno a urgência política de olharmos para esses grupos com mais cautela e entendemos quem está por trás da liderança. Na ocasião, o grupo em que a interlocutora citou, é majoritário negro e de mulheres que muitas das vezes não têm orçamento, é sucateado institucionalmente, recorrem a apoio de “boca em boca” e correm riscos de sofrerem perseguições políticas dentro da instituição. Quando não temos uma sala para realizarmos reuniões, ou não se tem orçamento para elaboração de eventos, apoio acadêmico e coletivo, não teremos força para continuar e ajudar os nossos. E o resultado é a individualização de tarefas e isolamento por parte das estudantes negras que querem começar no ativismo e não se reconhecem dentro do coletivo; não se sentem inspiradas em continuar com a luta, porque as ativistas mais velhas já estão cansadas.

Um fator “cansativo” também que emerge entre os desafios do ser estudante negra, é o fato de ser mãe, parecerá repetitivo trazer essa pauta, mas, muitas mães recorrem a cuidadoras/babás, grupos de amigas e amigos, ou quando não conseguem precisam levar suas crianças para sala de aula e cumprir seus deveres acadêmicos. Atualmente, já existe um coletivo de mães na Unilab, onde lutam pela sua permanência e políticas afirmativas, desde a melhoria

⁵ Essa entrevista foi realizada no período em que era bolsista de iniciação científica em provação ao Comitê de Ética, o período é poucos meses anterior ao meu ingresso no mestrado, porém, nesse período a pesquisa era voltada especificamente aos desafios na permanência de mulheres negras estudantes da Unilab, nisso, dei continuidade ao estudo dentro do programa de pós-graduação. Logo, há inúmeros dados coletados que não foram utilizados e é interessante trazê-los, já que o debate é persistente dentro do corpus acadêmico e científico.

de auxílio e manutenção de espaços para crianças, como a brinquedoteca⁶ e escolas creches no período noturno.

Urge questionar como é ser mulher, ou melhor, como é ser mulher negra estudante em uma universidade pública; não encontrando um padrão na categoria, mas uma prática comum que une. A pauta sobre gênero e raça interseccionam, ou melhor, há uma intraseccionalidade (Raquel Lima, 2022), não uma soma nas lutas cotidianas e sim uma construção mútua e coletiva. Para Grada Kilomba (2019, p. 94), “raça e gênero são inseparáveis. Raça não pode ser separada do gênero nem o gênero pode ser separado da raça”. É por isso que não há uma soma de dores ou lutas, e a autora também confirma que “formas de opressão não operam em singularidade; elas se entrecruzam” (Grada Kilomba, 2019, p. 98). Neste trabalho, há o uso da interseccionalidade como método de análise, conforme Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), considera-a como uma ferramenta crítica para desenvolver estratégias em prol da equidade nas universidades, assim como para responder os desafios dentro dos movimentos de gênero, raça e classe. Discussão que será tratada no próximo tópico.

4 DESAFIOS NOS AMBIENTES ACADÊMICOS E NO CONTEXTO GEOGRÁFICO DA UNILAB/CE

4.1 Nos ambientes acadêmicos

Durante meu percurso acadêmico, iniciei o estágio docente à convite da professora orientadora na disciplina de Sociedade, diferença e direitos humanos (SDDH)⁷ – disciplina do primeiro semestre e do núcleo comum da Unilab –. Durante o início do conteúdo da primeira aula houve uma maior participação de internacionais e homens, ou seja, a sensação que me atravessava é de haver receio e medo por parte das estudantes mulheres da turma, seja para intervir com comentários da temática política, como das vivências em seus países de origem. Por serem calouras, esse receio aumenta, mas, por outro lado, até que ponto uma aula e o seu conteúdo instiga para que seja confortável para opinar, tirar dúvidas ou fazer seu posicionamento político.

Em outro momento da aula, houve uma exposição da intelectual Maria da Luz Fonseca (2024), a partir da sua fala, emerge um pensamento de que a Unilab é um grande quilombo e

⁶ A brinquedoteca da Unilab foi inaugurada no ano de 2024.

⁷ Vale destacar que a turma em questão (2024.1) era de maioria do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU) e de maioria internacional africana e masculina.

uma comunidade que apesar de seus inúmeros desafios, é possível *aquilombar-se*, em diálogo com o Quilombismo (Abdias Nascimento, 1980). A partir da apresentação de Fonseca (2024), houve a participação das estudantes mulheres. Então, reitero, até que ponto dentro do espaço acadêmico é seguro o suficiente para nós mulheres negras nos sentirmos confortáveis para falar, intervir e questionar sobre os temas em sala de aula?

Ademais, qual o papel ou a importância do homem negro em apoiar essas mulheres dentro da academia, não as tornando como rivais, numa espécie de ambiente dicotômico e binarista, contudo, como aliadas para o fortalecimento no pertencimento da população negra no ensino superior. Até porque, Lélia Gonzalez (2020), já nos alertava em seu ensaio “Por um feminismo afro-latino-americano”, que os homens negros, parceiros de luta e do movimento reproduzem o sexismo do patriarcado, excluindo as mulheres nas decisões dentro do movimento. Logo, é necessário pensar um movimento feminista negro e de emponderamento e que tenhamos também os homens negros como aliados, tanto na luta contra racismo, como no machismo, xenofobia e tantas discriminações que nos atravessam interseccionalmente.

Comparando ao o que foi escrito acima, Bell Hooks (2024, p. 33) em sua obra “O feminismo é para todo mundo”, escreveu um contexto estadunidense, onde “os homens comandavam em qualquer sala de aula. Mulheres conversavam menos, tomavam menos iniciativas e, frequentemente, quando falavam, era difícil ouvir o que estavam dizendo. Faltavam força e confiança na voz delas”.

Durante o período de análise etnográfica, houve a percepção de desafios que atravessam nossos corpos, entre eles vão:

- 1) a baixíssima representatividade das mulheres negras na ciência, seja como professoras ou como leituras obrigatórias – desde o Projeto Pedagógico [Curricular] de Curso (PPC) como nas ementas de disciplinas –;
- 2) a carência de debates sobre as questões étnico raciais em sala de aula (o problema da representatividade epistêmica);
- 3) a discriminação face a face, e as dificuldades advindas do racismo e machismo estrutural;
- 4) as consequências racistas das noções meritocráticas que regulam os editais para acesso à auxílios permanência e bolsas estudantis (Ana Reginaldo, 2025, p. 3).

Por ora, ressalvo que ser mulher negra no contexto da Unilab há diversas nuances e uma delas é a representatividade nos setores administrativos e docência, ou seja, comunidade docente e técnicas administrativas (TAEs). Conforme os dados da universidade (Unilab, 2025) há 46,62% de professoras e 53,37% de técnicas, porém, não estão disponíveis dados raciais, dificultando uma análise interseccional, até porque “raça e sexo são ambas facetas imutáveis da identidade humana” (Bell Hook, 2024). Porém, se andarmos nos corredores da universidade

percebemos explicitamente a discrepância entre os institutos e só conseguimos perceber uma certa internacionalização no IH. E se falarmos das TAEs não há NENHUMA internacional.

Questiono qual é a intenção de se colocar corriqueiramente de uma universidade com práticas e currículos “decoloniais”, “contra colonial” e “descolonizada”, sendo que na prática vivenciamos outra dinâmica, se por um lado quando não há referenciais adequados para o grupo ali presente há docentes que se desdobram para inseri-las, por outro lado, quando já está incluso na disciplina e no PPC, há docentes que não trabalham e ainda reluta com estudantes que questionam.

No mais, o que as mulheres negras (sejam discentes e docentes) estão se vinculando aos projetos de pesquisa e extensão da universidade para criarem pontos de refúgio, como por exemplo, os projetos de pesquisa *Gênero e Feminismo em África Global*, *Kabaz di Terra*, *Uniculturas* e *Lélia Gonzalez, presente!* que mobilizam os três eixos do campo acadêmico: ensino, pesquisa e extensão.

Sucintamente, esses projetos surgem como um ponto de afroafetividade e comunidade que colabora com a permanência no ensino superior, especificamente a Unilab, pois, não só nos desafios dentro dos muros da universidade, mas, com os desafios e dificuldades vivenciados nas duas cidades-campus, discussão do nosso próximo ponto.

4.2 No contexto geográfico: Redenção/CE e Acarape/CE

No final de agosto de 2024, foi instalado na entrada do município de Redenção o letreiro “Redenção: Terra da Liberdade”, é impressionante o quanto este sentimento identitário por parte das/dos redencionistas em relação a essa “Abolição legalizada/formalizada”⁸.

⁸ O município de Redenção (CE), carrega este nome por ser a primeira cidade do Brasil a abolir legalmente e formalizar pessoas escravizadas. Disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Imagem 1 - Imagem do Letreiro na entrada do município de Redenção/CE: “Redenção - Terra da Liberdade”.



Fonte: História de Redenção (Facebook, 2024).

No entanto, o sentimento de frustração surge no meu âmago, pois, no dia 8 de setembro de 2024 ocorreu a final do Campeonato de Futebol Municipal da 2ª divisão de Redenção, na ocasião aconteceram dois jogos do time titular e aspirantes da Seleção de Guiné-Bissau – os jogadores que compõe o time são todos estudantes⁹ da Unilab – e o que mais observei e escutei nas arquibancadas, campo de futebol e até mesmo na transmissão do jogo via Youtube¹⁰ comentários racistas e xenofóbicos. No segundo jogo, minutos finais para o seu encerramento, no minuto 255 do vídeo da transmissão do jogo, surge o seguinte comentário: “você tem que aprender a ser gente, tudo [é racismo é?]”.

Os problemas sociais, como o racismo, machismo, homofobia e entre outras violências, presente em Redenção (e também em Acarape) estão dentro da agenda de luta de diversos movimentos sociais. Porque, o discurso de que “todo mundo é igual perante a lei”, é sutil, pois, “assume um caráter formalista em nossas sociedades” (Lélia Gonzalez, 2020, p. 131), já que é errôneo produzir este tipo de ideia e comentário minimizador e *racista*. Principalmente quando se fala de corpos negros e afro-diaspóricos. Francisca Nzenze (2024, p. 8) escreve que:

[...] ser negro em África é ser igual aos demais, muito embora sejamos diferentes nas condições econômicas, sociais e culturais. No Brasil, penso que essa questão produz respostas completamente diferentes, uma vez que assumir uma identidade racial resulta de muitas afirmações e negações. Em África, apenas se nasce negro. Aqui, é preciso defender, construir, descobrir o que é ser negro.

⁹ Às vezes contratam jogadores brasileiros para jogos específicos, por exemplo, nesse dia (8 de setembro de 2024), o goleiro do time titular não era estudante e internacional bissau-guineense.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hk3Ou1DnAbw>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Em continuidade desse diálogo, no Brasil, as mulheres negras vivem realidades que vão para além de um movimento de emancipação e direitos iguais, questões pautadas dentro do movimento feminista estadunidense e ocidental/norte global. Essas mulheres vivem o preterimento no trabalho, educação, relacionamentos românticos e afetivos, ademais, há estudos, dados e pesquisas que mostram a disparidade nesses espaços em comparação com mulheres brancas e homens. Conforme Sueli Carneiro (2011, p. 121) escreve: o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres.

E parte desse movimento feminista negra é pautar sobre como nosso corpo está sendo representado, o discurso de ser uma cidade pioneira abolicionista permeia também nos monumentos, e o principal e mais destacado é um dos monumentos de Redenção-CE: uma imagem de uma negra nua de joelhos e reverenciando algo ou alguém por sua liberdade. Vale ressaltar que a construção está instalada em frente ao campus da Liberdade/Unilab, onde todos os dias várias mulheres negras passam ali para embarcar nos intercâmpis, ir ao restaurante universitário e outras variadas atividades pessoais que não sejam atividades acadêmicas. Vejamos um exemplo de umas das minhas notas de campo:

[...] em uma das minhas observações de campo em agosto de 2024, estava sendo estagiária em uma disciplina do núcleo comum da Unilab, Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (SDDH). [...] Em um momento da apresentação foi colocado a foto do monumento da Negra Nua, [...] o ministrante questionou a turma o que elas/eles achavam daquela imagem/monumento e qual sentimento surgiu ao vê-la, nisso, umas das estudantes respondeu que ao ver a imagem/monumento: “eu sinto um sentimento de ferimento e estou assustada por ver um corpo de uma mulher negra dessa forma”, outro estudante respondeu: “eu sinto a falta de espírito de humanidade, uma coisa inumana” e mais uma estudante comentou: “isso é um insulto”; todos os três comentários foram de estudantes negras/o e internacionais africanas/os (Ana Reginaldo, 2025, p. 10).

Que movimento desafiador foi em um ato “político” (ou não) construir e colocar a sede uma universidade que faz integração com países Africanos, porque, o uso da imagem de uma mulher nua revela a audácia do racismo e machismo na sociedade brasileira, utilizando da nudez de uma mulher negra, mostra o poder machista e patriarcal sobre os nossos corpos. Sendo que a nudez de uma mulher negra – seja ela escravizada – na época da colonização servia como um aviso para a sua vulnerabilidade sexual (Bell Hooks, 2024). A ideia posta ao monumento é mostrar a adoração e agradecimento pela liberdade, mas, porque deveríamos agradecer por uma liberdade que nos foi tomada? Além disso, o monumento não foi criado ou elaborado por mulheres ou homens negros, ou seja, quem está falando por nós?

De acordo com Vera Rodrigues a personagem do monumento é “vazia de historicidade, de referencial identitário e sentido político. É uma imagem sem nome, sem referências” (2017, p. 75). Ou seja, apenas favorece há um dito popular: “todo mundo é farinha do mesmo saco”, não importa seu nome, origem ou raízes, o que importa é que está sendo dada sua liberdade e torna-o mais importante e benevolente senhor. Sendo assim, de forma ideológica, as mulheres negras estão sendo impactadas com um papel passivo e secundário na história, porque, o que é esperado é a servidão, subserviência e prontidão para cuidar de tudo e todo mundo (Kalina Gondin de Oliveira; Clarice Zientarsk, 2019; Valeska Zanello, 2022).

Nesse mesmo diálogo, Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge escrevem que “a cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais” (2021, p. 42). Desse modo, os atuais estereótipos sobre os corpos das mulheres negras, colocam-as em uma categoria de serviência, porque “uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade” (Sueli Carneiro, 2011, p. 70).

Imagem 2 - Ato político em frente ao Monumento “Negra Nua”, feito na I Marcha Antirracista no Município de Redenção-Ce, realizado pelas escolas e a Unilab no ano de 2024.



Fonte: Ana Raquel Silva (Arquivo Pessoal, 2024).

O uso das imagens/monumentos não difere no município de Acarape (CE), ao andarmos na avenida principal da cidade, encontramos um outdoor de propaganda e marketing de uma empresa de gás (não será revelado na imagem a empresa, pois, a intenção aqui não é denunciá-la, mas, questionar a forma como a divulgação do seu produto está sendo usada de forma pejorativa e violenta). Na imagem percebe-se o uso sutil da frase “todo brasileiro tem essa

chama” e abaixo uma mulher negra, entrando em diálogo com o conceito de imagens de controle.

Imagem 3 - Outdoor localizado na Rua Nila Vasconcelos, em Acarape (CE).



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2025.

Patrícia Hill Collins (2019, p. 151) analisa e desenvolve o conceito de imagens de controle a partir da realidade dos Estados Unidos, porém, percebemos muitas semelhanças ao depararmos com a realidade do Brasil. De acordo com a socióloga, as “imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana”, ou seja, a mulher negra é representada na sociedade como *outro*, e isso é fortalecido pelas imagens de controle manipuladas para separá-las de grupos sociais (Winnie Bueno, 2020).

As autoras e intelectuais que escreveram sobre o conceito traduzem e explicam como as instituições têm o poder de criar e construir imagens de controle sobre as mulheres negras, em especial, nas duas cidades de Redenção e Acarape. Porque, há a normalização de estereótipos racistas e misóginos, porém, o que nos resta, como feministas engajadas com a luta antirracista e antissexista, é lutar para a mudança e construção de espaços seguros, para o bem-estar da população negra, em especial para mulheres negras. Pois, ser mulher negra em uma sociedade explicitamente racista e misógeno é bastante desafiador.

5 (UMA QUASE) CONCLUSÃO

Para finalizar, buscamos trazer a problemática do ser estudante negra em uma perspectiva interseccional, trazendo desde os desafios internos, como externos do campo universitário, principalmente levando em consideração a importância e o papel crucial da cooperação com os países Africanos. Porque, de forma direta e indireta, nossas vidas e trajetórias são atravessadas por essa dinâmica da integração e isso impacta nossa forma de falar, agir, amizades, dentro de casa e em todos os ambientes dentro e fora da Unilab.

Com 15 anos de sua existência, conseguimos ver resultados positivos baseada na cooperação, nós estudantes *unilabianas*, em meio a precariedade, inúmeros cortes orçamentários, sucateamento na educação ainda procuramos meios para (re)existir dentro da Unilab. Nossas vozes ecoam nos corredores dos campi na busca da construção de um ambiente acadêmico que pratique uma educação baseada na integração, interculturalidade, antirracista, feminista, inclusiva.

Logo, este trabalho buscou trazer um breve apartado de uma pesquisa maior do programa de pós-graduação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, na qual, tenho oportunidade de entender e compreender juntamente com minha rede de afetos, o que é ser mulher negra estudante da Unilab, então, no segundo tópico me coloco neste local de sujeito/pesquisadora trazendo minha narrativa como parte da pesquisa, conforme Stephanie Lima (2025, p. 100): “o trabalho acadêmico se torna, nesse sentido, um processo de autorreflexão de suas experiências individuais, assim como o cotidiano dos coletivos, nas trocas com outras experiências”. Para isso, foi importante se debruçar na teoria de interseccionalidade, pois, o que está por detrás no SER ou VIR A SER é o cruzamento e intersecção das identidades, discussão posta no terceiro tópico. Em suma, ser mulher negra é colocar em questão os desafios diante ao racismo, sexismo, misoginia, etc; enquanto universitárias esses desafios surgem perante ao nosso cotidiano acadêmico, já em Redenção/CE e Acarape/CE, isso atravessa também dentro do universo externo *unilabiano*; portanto, o trabalho intencionalmente busca fazer uma denúncia e uma chamada para melhorias nas políticas afirmativas da Unilab, assim como, na mudança do currículo; criação ou manutenção dos coletivos feministas negros; criação ou manutenção de órgãos e setores que acompanhe casos de racismo, violência contra mulher, misoginia etc. E o principal, a manutenção de uma instituição que preze pela saúde física e mental das mulheres negras estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

REFERÊNCIAS

- Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2023.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*, ano 8, p. 229-236, 2000.
- BUENNO, Winnie. *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Porto Alegre: RS: Zouk, 2020.
- Cabanillas, Natalia; Manga, Elizabete Essamai; Reginaldo, Ana Raquel Silva *et al.* Gêneros e feminismos na África Global: internacionalização da pesquisa em tempos de crises. In: PAIVA, Felipe; CORRÊA, Moisés; AGUILAR, Núbia (orgs.). *África em contextos globais*. Brasília, DF: CD Comunicação, 2024.
- Carine, Bárbara. *E eu, não sou uma intelectual?: um quase manual de sobrevivência acadêmica*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.
- Carneiro, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro (Consciência em debate), 2011.
- Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma. *Interseccionalidade*. tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Collins, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a plítica de empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019. [recurso digital]. Disponível em: https://nenp.ufms.br/files/2024/09/COLLINS_Pensamento-feminista-negro-conhecimento-consciencia-e-a-politica-do-empoderamento.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.
- Costa, Jaqueline da Silva. O Papel do Movimento Negro na Consolidação de um Projeto Político-Educacional Por Meio das Políticas Afirmativas. In: Lima, Ivan Costa; Villacorta, Gisela Macambira. *N'UMBUNTU EM REVISTA: Educação das Relações Étnico-Raciais em diferentes contextos sociais*. v. 2, n. 5. Acarape: Gráfica e Editora Imprece, 2019, p. 111-140.
- Crenshaw, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2024.
- Evaristo, Conceição. *Poemas Malungos - Cânticos Irmãos*. 2011, 178 f. Tese. (Doutorado em Literatura Comparada). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2011.
- Gonzalez, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HISTÓRIA de Redenção. Facebook, 18 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=833821592067764&id=100063197921654&set=a.415203133929614>. Acesso em: 25 fev. 2025.

Hooks, Bell. *E eu não sou uma mulher?* Mulheres negras e feminismo. 15ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

Hooks, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 24ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

Kilomba, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Lima, Raquel. *Intraseccionalidade, a luta das mulheres negras e os elementos da natureza*. Conferência Inaugural do Congresso Internacional Mundo de Mulheres. Feminismos Africanos. Construindo alternativas para as mulheres e para o mundo através de um corredor de saberes que cuida e resiste. Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, 19 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0P4CUKVv78>. Acesso: 26 jul. 2023.

Lima, Stephanie. *Juventude negra e a revolução dos afetos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025.

Lorde, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. 1. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Nascimento, Abdias. *O Quilombismo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

Nzenze, Francisca. Mulheres Negras em Foco. [Entrevista cedida a] Oliveira, Hulda. Expresso Inteligência. *Inteligência Educacional*, 10ª Edição. Ago. 2024.

Oliveira, Kalina Gondin de; Zientarsk, Clarice. A luta das mulheres pela educação diante de questões que envolvem o mundo do trabalho, classe, etnia e gênero. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG. v.32, n.1, jan./jun. 2019. ISSN 1981-3082.

Reginaldo, Ana Raquel Silva. Permanência estudantil feminina negra na Unilab/Ce: desafios do afroafeto como uma agência política. In: CABANILLAS, Natalia (coord.). *Gêneros e Feminismos na África Global*. Curitiba: Appris, 2025, p. 23–48.

Rodrigues, Vera. Entre a “negra nua” e a “cidadania negra”: notas etnográficas sobre identidade negra no Nordeste do Brasil. In: ALENCAR, Claudiana Nogueira; COSTA, Maria de Fátima Vasconcelos da; COSTA, Nelson Barros da. (Organizadores). *Discursos, Fronteiras e Hibridismo*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017, p. 61-82.

Unilab Em Números. In: UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZmOGVmZmUtMGI5ZC00MmQwLWI5M2MtNWQ1NjBkNDUwNTAwIiwidCI6IjkwMjlkZGNILWFmMTItNDJiZS04MDM3LTU4MzEzZTRkYzVzMzJ9&pageName=ReportSection300c8ce0eef604dd220e>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. SECRAIGI. *Relatório SECRAIGI - Quantitativos de discentes matriculadas/os*. [Informações fornecidas em resposta à Lei de Acesso à Informação]. Redenção, 2025.

Zanello, Valeska. *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022.

Informações Adicionais

<i>Biografia profissional</i>	Graduada em Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (Unilab/CE). Licenciatura em Sociologia (Unilab/CE). Atualmente é Mestranda do Programa de “Interdisciplinaridade em Humanidades” (UNILAB), bolsista pela FUNCAP/CE. Foi bolsista do Projeto de Pesquisa “Gêneros e Feminismo na África Global (Fluxo Contínuo PROPPG/UNILAB)”. Também foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UNILAB), núcleo Sociologia. Assim como, já foi bolsista de extensão do Projeto “Lélia Gonzalez, presente!” (UNILAB).
<i>Endereço para correspondência</i>	Avenida da Abolição, 3 – Centro. CEP: 62790-000, Redenção – Ceará – Brasil
<i>Financiamento</i>	Financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).
<i>Agradecimento</i>	A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) com a Bolsa de Formação Acadêmico pelo Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH/UNILAB). Ao projeto de pesquisa “Gêneros e Feminismos na África Global” (UNILAB/CE). E a todas as mulheres que contribuíram com essa pesquisa e minha trajetória acadêmica.
<i>Conflito de interesse</i>	Nenhum conflito de interesse foi declarado.
<i>Aprovação no comitê de ética</i>	Declaro que a pesquisa foi enviada ao comitê de ética e sob o número do processo: 85247624.2.0000.5576.
<i>Método de avaliação</i>	Revisão por pares anônima dupla (Double anonymous peer review).
<i>Direitos autorais</i>	Copyright © 2025 Ana Raquel Silva Reginaldo
<i>Licença</i>	Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
<i>Histórico editorial</i>	<i>Data de Submissão:</i> 13 de outubro de 2025 <i>Data de aprovação:</i> 10 de dezembro de 2025